

PARECER JURÍDICO nº 024/2025-AJ/CMP

PROCESSO Nº 019/2025-CL/CMP

INTERESSADO: Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Parintins.

ASSUNTO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de Licenças de acesso para uso de solução integrada de Colaboração e Comunicação corporativa, em ambiente de nuvem, na modalidade de software como serviço, incluindo suporte técnico remoto, migração de dados e treinamento para administração da solução, visando suprir a necessidade da Câmara Municipal de Parintins.

EMENTA: 1. EXAME PREVIO DE LEGALIDADE DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. 2. CONTROLE PREVENTIVO DA LEGALIDADE, ARTIGO 53, §1º, INCISO I E II DA LEI Nº 14.133/2021. 3. REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE ACESSO PARA USO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA, EM AMBIENTE DE NUVEM, NA MODALIDADE DE SOFTWARE COMO SERVIÇO, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO REMOTO, MIGRAÇÃO DE DADOS E TREINAMENTO PARA ADMINISTRAÇÃO DA SOLUÇÃO, VISANDO SUPRIR A NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS.


Adailson Campos Pereira
Membro da Equipe de Apoio
Portaria nº 069/2025-CMP



I. RELATÓRIO:

Trata-se de processo administrativo licitatório que tem por finalidade a contratação de empresa especializada para fornecimento de Licenças de acesso para uso de solução integrada de Colaboração e Comunicação corporativa, em ambiente de nuvem, na modalidade de software como serviço, incluindo suporte técnico remoto, migração de dados e treinamento para administração da solução, visando suprir a necessidade da Câmara Municipal de Parintins., visando suprir a necessidade da Câmara Municipal de Parintins, escolhida a modalidade pregão, em sua forma eletrônica (art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021), com o critério de julgamento menor preço por lote (art. 33, I da Nova Lei de Licitações - NLLC), e sistema de registro de preços (art. 78, IV da NLLC).

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

- Termo de abertura de processo administrativo licitatório, datado em 26/05/2025;
- Portaria nº 069/SRH-CMP, de 09/01/2025, que designa o pregoeiro, Suiane Santarém Loureiro, equipe de apoio e suplentes, incluída a respectiva publicação;

- c) Aviso de retificação nº 005/SRH/CMP-2025, que designa para compor a equipe de apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro Titular da Câmara Municipal de Parintins os Servidores públicos, ocupantes do cargo efetivo: a) Valdelino Ferreira de Souza; b) Arinaldo Pereira Martins Júnior; c) Adailson Campos Pereira e Titular da Câmara Municipal de Parintins/AM o servidor público, ocupante do cargo efetivo a) Luiz Paulo Castro Andrade (operador de áudio), com sua devida publicação;
- d) Portaria nº 034/SRH-CMP, de 02/01/2025, que designa a servidora Paula Karina Soares Gomes, para o cargo comissionado de Assessor Técnico, com vencimento e atribuições inerentes ao cargo, incluída a respectiva publicação;
- e) Portaria nº 107/SRH-CMP, de 02/08/2024, que designa a servidora Inara Machado Oliveira, para o cargo comissionado de Assessor Técnico, com desempenho das atividades associado a processos licitatórios, incluída a respectiva publicação;
- f) Documento requisitório - Memorando SEAD dirigida ao senhor Paulo César Rodrigues Linhares, presidente da Câmara Municipal de Parintins, com solicitação de autorização e justificativa, datado em 26 de maio de 2025;
- g) Estudo Técnico Preliminar e anexos, datado em 14/02/2025;
- h) Planilha de cotação de preços com base no Painel de Preços, datado em 14/02/2025;
- i) Consulta ao Painel de Preços, com o registro de dia e hora da expedição de cada relatório no rodapé das páginas;
- j) Análise de risco, datado em 17/02/2025;
- k) Justificativa de anulação do Processo Licitatório nº 07-2025-CL/CMP;
- l) Termo de anulação;
- m) Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Parintins, autorizando a abertura de processo administrativo licitatório e demais trâmites, em 27/05/2025;
- n) Catálogo de padronizações impresso do portal da transparência;
- o) Documento de formalização da demanda - DFD, assinado pela Secretaria Administrativa, datado em 27/05/2025;
- p) Termo de referência, datado em 28/05/2025;
- q) Recurso Orçamentário – Memorando nº 019/2025/SF-CMP, datado em 29/05/2025;
- r) Encaminhado para análise Jurídica – Memorando nº 050/2025-CL/CMP, datado em 29/05/2025;
- s) Minuta do Pregão Eletrônico nº 007/2025-CL/CMP, com os anexos: Edital, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, minuta ata de registro de preços e minuta termo de contrato.

É a síntese do necessário.

Passamos a análise jurídica que o caso requer.

II. CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS:

O presente processo, foi encaminhado a esta assessoria jurídica, para análise jurídica acerca da contratação, em consonância com o art. 53 da Lei nº 14.133/2021 que assim prevê:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante **análise jurídica** da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica; (grifo nosso)

Posto isto, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem da discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Ressalte-se que o parecer jurídico visa informar, elucidar, enfim, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos da administração ativa.

Cumprido esclarecer, também, que toda verificação desta Assessoria Jurídica tem por base as informações prestadas e a documentação encaminhada pelos órgãos competentes e especializados da Administração Pública. Portanto, tornam-se as informações como técnicas, dotadas de verossimilhança, pois não possui a Assessoria Jurídica o dever, os meios ou sequer a legitimidade de deflagrar investigações para aferir o acerto, a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos a serem realizados, impulsionados pelo processo licitatório.

Toda manifestação expressa posição meramente opinativa sobre a contratação em tela, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnico-jurídica que se restringe a análise dos aspectos de legalidade nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133/21, aferição que, inclusive, não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentaram a decisão contratual do administrador, em seu âmbito discricionário.

III. DA ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO:

III. 1) Designação de agentes públicos e princípio da segregação de funções

No presente caso, foram juntados aos autos as portarias do Agente de Contratação e Equipe de Apoio e demais servidores que exercem suas atribuições inerentes aos procedimentos



licitatórios, nos termos das Portarias nº 069, 107 e 124, bem como, de funções ocupadas por servidores interinamente, devidamente publicadas no Diário Oficial dos Municípios.

Ainda se verifica em todos os casos a necessidade de observância pelo gestor público do disposto nos arts. 7º e 8º da Lei 14.133/21, conforme transcrição:

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, **vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos**, de modo a reduzir a possibilidade de omissão de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

(...)

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, **pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública**, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação. (grifo nosso)

Sobre esse ponto, em especial a atuação em funções mais suscetíveis a riscos deve-se observar a separação de funções nas fases do procedimento licitatório, isto é, aqueles que participam da fase preparatório por regra não devem participar das demais fases (externas e executórias), para diminuir o poder de decisão e influência nos atos administrativos.

É claro que o princípio deve ser interpretado de forma restritiva, analisando-se o caso concreto, em harmonia com demais princípios, como eficiência e interesse público, portanto, em análise dos autos, observa-se que o estudo técnico preliminar (ETP) foi elaborado pela Secretária Administrativa (Ronessa), o Termo de Referência pela assessora técnica (Paula Karina), a minuta do edital de licitação elaborado pela assessora técnica (Inara) e assinado pela Presidência da Câmara Municipal, em tese há respeito as normas necessárias aplicadas a espécie.

Como o instrumento convocatório possui caráter de ato administrativo normativo, pois cria regras a respeito da condução do procedimento entre a Administração Pública e interessados, e considerando o teor do art. 15, parágrafo único da Lei Municipal 487/2010, que dispõe sobre o processo administrativo na administração pública municipal do município de Parintins e dá outras providências, prevendo que:

Art. 15. **A competência é irrenunciável e exercida pelo agente público a que foi atribuída como própria**, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

Parágrafo único. **Não podem ser objeto de delegação:**

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade;

IV - as atribuições recebidas por delegação, salvo autorização expressa e na forma por ela determinada;

V - as funções dos órgãos colegiados. (grifo nosso)

Dessa forma, pelo que consta nos autos, foi observado a previsão legal aplicável ao caso.

III. 2) Orçamento estimado, Pesquisa e preços

Inicialmente tem-se que o valor da contratação encontra-se estimado em R\$ 31.067,28 (trinta e um mil reais, sessenta e sete reais e vinte e oito centavos), conforme consta na Planilha de Cotação de Preços utilizado o painel de preços do governo federal. Salienta-se que no presente caso, foi realizada a estimativa do valor da contratação, com indicação da observância do parâmetro previsto art. 23, §1º, I da Lei nº 14.133/2021, bem como, do art. 26, I do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP.

Neste contexto, foi utilizado a composição de custos unitários iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, vinculado ao governo federal, contendo data e hora de acesso, preenchido os parâmetros indicados na Lei 14.133/2021.

Inclusa a indicação dos recursos orçamentários para cobertura da despesa, confeccionado pela Secretaria Financeira.

III. 3) Da fase preparatória:

A Lei nº 14.133 de 2021 estabelece que a fase preparatória do processo licitatório seja caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do *caput* do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como, abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no *caput* do art. 18, vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** de que trata o inciso VII do *caput* do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as **leis orçamentárias**, bem como abordar todas as **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão** que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;

IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do **edital** de licitação;

VI - a elaboração de **minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o **regime de fornecimento de bens**, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a **modalidade** de licitação, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o **ciclo de vida do objeto**;

IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital**, tais como **justificativa de exigências de qualificação técnica**, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de **qualificação econômico-financeira**,

justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei. (grifo nosso)

Em análise aos autos do processo verifica-se que este contém os elementos mínimos necessários à promoção do certame, conforme depreende da análise de alguns pontos a seguir.

III. 3) A – ETP

Quanto ao Plano Anual de Contratações – PAC, consta nos itens 5.2 e 5.3 do ETP:

5.2 No caso da Câmara Municipal de Parintins, o PCA foi elaborado, contudo, não foi publicado no PNCP, entretanto, encontra-se publicado no portal da transparência desta Instituição, no endereço eletrônico <https://transparenciamunicapalaam.org.br/p/parintins-camara/t/procedimentos-licitatorios>, demonstrando com isso a boa prática administrativa.

5.3 Com efeito, a pretendida contratação está prevista no PCA do ano de 2024, no item 24.

III. 3) B – ANÁLISE DOS DEMAIS ELEMENTOS

Quanto aos demais elementos da fase preparatória, há uma suficiente descrição do que se pretende contratar, sendo estes: termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contendo a necessidade de contratação e justificativa, pesquisa de preço para verificação dos preços comuns praticados no mercado, declaração de disponibilidade orçamentária, critério de julgamento, requisitos de habilitação, requisitos de execução, condições de pagamento, bem como, despacho da autoridade competente.

Ademais, a minuta do edital e seus anexos, são parte do processo em análise, estando contemplada a habilitação, sanções, prazos e local de entrega do objeto, e, por fim, existe comprovação da designação do Pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Assim, de acordo com o inciso XIII do artigo 6º, e §1º, e incisos do artigo 18 da Lei 14.133/2021, é possível aferir que a fase preparatória do certame se encontra em harmonia ao mínimo exigido em lei.

III. 4) Desenvolvimento nacional sustentável

As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem **menor impacto ambiental**, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11, IV da Lei n. 14.133/2021, c/c art. 7º, XI, da Lei 12.305/2010).

Considerando as informações contidas no ETP, e a documentação constante no Termo de Referência e Edital, diante da natureza do objeto da licitação, foi identificado no ETP, item 15, que não há critérios de sustentabilidade a serem aplicados.

III. 5) Parcelamento do objeto da contratação

Pois bem, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, o qual deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento. (grifo nosso)

Outrossim, temos que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Portanto, o parcelamento não será adotado no processo (ETP, item 11 – Justificativa para o parcelamento ou não da contratação) em razão do exposto:

11.2 (...) dessa forma, defende-se que a contratação parcelada sobrecarregaria a administração pública, encareceria o serviço final e teria uma grande perda na escala da economicidade. Enquanto que por lote, os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando maior quantidade de serviço."

11.8. (...) Assim posto, resta claro que a divisão em lote (e não por item), na forma como foi expresso nesta demanda não é opcional, mas sim estritamente necessário para obter êxito na licitação, uma vez que se dividido por item, possui alto potencial de aumentar as chances de itens licitados sejam ao final fracassados, ou tenham na execução dos contratos níveis de qualidade dos serviços aquém dos critérios estabelecidos neste ETP e nos demais documentos do Processo Licitatório."

III. 6) Edital

Quanto a análise legal, temos que o presente processo consta também a minuta do edital indicando as exigências constantes do art. 25 da Lei 14.133/2021, como: definição do objeto de forma clara; endereço eletrônico; data e horário para abertura da sessão; da proposta; critério para julgamento; condições de pagamento; registro de preço; prazo e condições de participação; sanções para o caso de

inadimplemento; especificações e peculiaridades da licitação; assim como, toda a documentação que os licitantes deverão apresentar para serem considerados habilitados.

III. 7) Sistema de Registro de Preço

Seguindo o caso em tela, constatou-se que a Administração optou pelo sistema de registro de preços. O registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no Edital.

Importante ressaltar o disposto na Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

Também, o art. 82 da Lei 14.133/21, cuida do edital de licitação para registro de preços, fixando os elementos que o edital para o SRP deve conter.

Portanto, formado o cadastro de fornecedores e produtos, com a relação das empresas, acompanhada da especificação dos produtos que elas poderão fornecer, os órgãos e entidades participantes do Sistema de Registro de Preços poderão se valer das propostas apresentadas e constantes da Ata de Registro de Preços para celebração de futuros contratos.

Assim sendo, o registro de preços é o instrumento destinado à eficiência no gerenciamento dos processos de contratação pública, por meio do qual o vencedor da licitação assina Ata de registro de preços, comprometendo-se a oferecer por preço unitário o objeto licitado, de acordo com as necessidades da Administração, dentro de quantidade prefixada no edital e dentro de prazo também fixado nele, que não pode ultrapassar um ano.

As características dos bens e serviços a serem contratados por meio dessa sistemática se encontram previstas no art. 88 do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, que dispõe nos seguintes termos:

Art. 88. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II – quando, pelas características da obra ou serviços de engenharia, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes, desde que haja projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

III - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;

IV – quando for conveniente a contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

V – quando for conveniente a aquisição e locação de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

VI – quando pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (grifo nosso)

Por fim, ressalto que para efetivar a formalização do Ata de Registro de Preços é necessário que esta seja devidamente assinada pelos responsáveis do Órgão gerenciador e pelos fornecedores (caso existam mais de um) cujos preços foram registrados, bem como para início de sua validade esta deverá seguir todas as orientações constantes nas legislações em que se baseiam, em especial, da Lei 14.133/21 Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP.

III. 8) Previsões da Lei n. 14.133, de 2021 sobre tratamento diferenciado a ME e EPP

As especificidades decorrentes da Lei Complementar n. 123/2006 alterada posteriormente pela Lei Complementar nº 147/2014, e dispostas no art. 10 do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, bem como os critérios indicados no Decreto Municipal Nº 042/2023-PGMP, são observadas pela minuta do edital, em especial no tem “10” (Da aplicação da Lei Complementar Nº 123/2006 e Decreto nº 042/2023-PGMP), e em outros dispositivos espalhados pelo edital, criando assim os benefícios para as empresas de pequeno porte e microempresas, posto se tratar de compromisso do legislador constituinte deste país, de observância obrigatória pela Administração Pública, independente da esfera em que se promova o certame licitatório, conforme se verifica nos termos do art. 4º, da Lei 14.133/2021:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

[...]

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

III. 9) Do critério de julgamento:

No Instrumento convocatório o critério de julgamento utilizado é o de menor preço por lote, sendo, portanto, a proposta mais vantajosa para a Administração. A escolha atende ao que determina o art. 33, I e 34 da Lei 11.343/2021 e do art. 39, I e 40 do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP com redação semelhante, vejamos:

Lei 11.343/2021

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;

[...]

Art. 34. O julgamento **por menor preço** ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação. (grifo nosso)

Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP

Art. 39. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I – menor preço;

Art. 40. O critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço, considerará o menor dispêndio para a Administração, desde que o estudo técnico preliminar aponte objetivamente a relevância dos custos indiretos para a definição da despesa total com a contratação.

Esse requisito encontra-se apontado na capa da minuta, bem como no item 5.6, conforme determina o art. 39 inciso I da Lei nº 14.133/2021.

III. 10) Quanto a minuta do contrato:

No que tange ao contrato administrativo, sua regulamentação está prevista no art. 92 e incisos da Lei nº 14.133/2021, bem como, os previstos no art. 113 Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, a seguir transcrito:

Art. 113. Os contratos deverão, sempre que couber, conter as cláusulas previstas no artigo 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, as seguintes:

I- a obrigação do contratado de arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas relacionadas aos empregados que participem da execução do objeto contratual, na hipótese de contrato de prestação de serviços;

II- cláusula anticorrupção. com a seguinte redação: “Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma”;

III- disposições relacionadas à disciplina de proteção de dados pessoais. nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), quando for o caso. (grifo nosso)

Desta forma, entendemos que, sem cobrança excessiva e desnecessária, estão presentes os requisitos exigidos pelos artigos 89 a 114, da Lei n. 14.133/2021, que permitem, formalmente, que esteja apto para a produção dos seus efeitos.

III. 11) Publicidade dos atos

Por fim, considerando o disposto no artigo 54, *caput*, §1º, e art. 94 da Lei 14.133/2021 é obrigatório a divulgação e a manutenção do **inteiro teor do edital** de licitação, dos seus **anexos** no Portal Nacional de Contratações Públicas, inclusive a **publicidade no Diário Oficial dos Municípios**, nos termos do art. 148 do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP.

Logo, após a homologação, a divulgação do **termo de contrato** deverá ser efetivada no Portal Nacional de Contratações Públicas tendo em vista que é condição indispensável para que ocorra a eficácia da contratação consoante o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Por derradeiro, cumpre destacar que através das documentações acostadas no processo, contatou-se que os requisitos legais e constitucionais foram observados respeitando os pressupostos para a formalização do processo em epígrafe.

Salienta-se que antes da publicação cada responsável pela confecção dos documentos, deve zelar pela correta escrita, com revisão e atendendo aos ditames legais, que é dever de toda a Administração Pública, para evitar equívocos e posteriores revogações.

IV. CONCLUSÃO:

Ante o exposto, obedecidas as demais regras contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, sou de parecer que o processo atende as exigências contidas na legislação, tanto no Edital como na minuta da Ata de Registro de Preços, entende-se que a Administração Pública poderá adotar a modalidade de licitação Pregão Eletrônico, encontrando-se o Edital com as cautelas de estilo, razão pela qual esta Assessoria Jurídica recomenda o prosseguimento do feito, além do correto preenchimento das informações relativas à locais, datas, horários e *links* de acesso, no momento anterior à publicação do Edital, bem como, recomendando-se a observância do prazo mínimo de divulgação do art. 55 da legislação de regência:

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

(...)

II - no caso de serviços e obras:

a) **10 (dez) dias úteis**, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia:

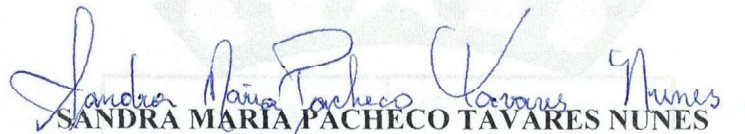
Registra-se, tempestivamente, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual acostada nos autos.

Não se incluem no âmbito de análise desta Assessoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, bem como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis.

É o parecer.

Devolvam-se os autos à origem para a adoção das providências cabíveis.

Parintins-AM, 30 de maio de 2025.



SANDRA MARIA PACHECO TAVARES NUNES

Advogada OAB/AM nº 7.259

Assessora Jurídico - Portaria nº 082/2025-CMP

PODER LEGISLATIVO
PARINTINS-AM